

CARTEIRA DE SERVIÇOS

Unidade de Saúde Pública do ACES do Médio Tejo

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	3
1 – MISSÃO	4
2 – OBJETIVOS	4
3 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	4
4 - PROGRAMAS E PROJETOS	7
4.1 - <u>Descrição dos Programas e Projectos em execução na USPMT</u>	9
5 - PROJECTOS EM PARCERIA	38

NOTA INTRODUTÓRIA

A Unidade de Saúde Pública do Médio Tejo, à frente designada USPMT, é uma unidade funcional integrada no ACES Médio Tejo, que desenvolve as atividades que lhe estão conferidas com autonomia organizativa e técnica e atua em intercooperação com as restantes unidades funcionais do ACES, garantindo a necessária articulação interinstitucional e intersectorial.

A USPMT intervém na área geodemográfica de influência do ACES do Médio Tejo, correspondente aos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, com 111 freguesias e a uma área geográfica de 2.706 Km². De acordo com o documento “Reorganização dos ACES da ARSLVT”, de agosto de 2012, o conjunto dos 11 concelhos tem uma população de 227.998 habitantes (Census de 2011), a que corresponde uma densidade populacional de 84 habitantes/Km², estando inscritos nos serviços prestadores de cuidados de saúde primários 247.894 utentes (portaria nº 394-B/2012 de 29 de novembro).

1 - MISSÃO

A USPMT tem por missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde e concorrendo assim, de um modo direto, para o cumprimento da missão do ACES em que se integra. Deverá igualmente garantir, de forma célere e efetiva, a proteção da saúde das populações, sempre que a mesma esteja em causa.

2 - OBJETIVOS

Desenvolver as diversas atividades de planeamento em saúde, incluindo a identificação das necessidades da população, colaborando e gerindo a sua implementação e proceder à avaliação do impacto das mesmas, na base das competências definidas no Regulamento Interno da Unidade.

Gerir programas e projetos de intervenção, no âmbito da defesa, proteção e promoção de saúde da população.

3 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A USPMT assenta em equipas técnicas multidisciplinares, constituída por médicos de saúde pública, enfermeiros, preferencialmente, com especialidade em enfermagem de saúde pública/enfermagem de saúde comunitária e de outras especialidades que mostrem relevância ao desempenho da Unidade, por técnicos de saúde ambiental, higienistas orais, e outros profissionais tendo em consideração as necessidades e características geodemográficas da sua zona de intervenção. A USPMT é constituída pelos seguintes profissionais:

Assistentes Técnicos

Branca Ferreira

Marina Duarte

Marta Almeida

Sandra Martins

Enfermeiros:

Ana Paula Gonçalves

Ana Lourenço

Fernando Nogueira

Margarida Arnaut

Nélia Costa

Nuno Barreta

Paula Custódio

Paula Gil

Higienistas Orais

Carla Duarte

Filipa Serra

Heloisa Oliveira

Médicos de Saúde Pública/Autoridade de Saúde

Maria dos Anjos Esperança

José Manuel Cunha

José Martins

Rui Manuel Domingues Calado (Coordenador Unidade)

Técnicos de Saúde Ambiental

Ana Santos

Carla Carvalho

Carla Simões

Carlos Pinto

Elsa Curado

Ligia Alves

Manuel Duarte

Marcia Monteiro

Patricia Cruz

Paulina Oliveira

Paulo Bastos

Sandrina Pereira

Susana Silva

Os profissionais de enfermagem, Fernando Nogueira, Nélia Costa, Nuno Barreta, Paula Gil, partilham os seus horários com outras Unidades de Saúde do ACES Médio Tejo.

Os profissionais que integram com tempo completo a USPMT e os que lhe dedicam 12 ou mais horas semanais reúnem parceladamente por grupo profissional 1 vez por mês, para discussão de conteúdos organizacionais e técnico-científicos relevantes para a unidade, de acordo com a seguinte distribuição: Técnicos de Saúde Ambiental, 1ª terça-feira do mês, Médicos de Saúde Pública, 2ª terça-feira do mês, Enfermeiros, 3ª terça-feira do mês, Higienistas Oraís, 4ª terça-feira do mês no período da manhã. Na 4ª terça-feira de cada mês à tarde a reunião é plenária.

A USPMT conta com a colaboração das Engenheiras Sanitaristas, técnicas da ARSLVT sedeadas em Santarém, para apoio às Unidades Saúde Pública do Distrito de Santarém.

A sede da USPMT funciona nas instalações do Centro de Saúde de Alcanena. Tem instalações dedicadas nos concelhos de Tomar e Torres Novas. Nos restantes concelhos e em Fátima, os serviços de saúde pública da USPMT funcionam na sede dos Centros de Saúde. De acordo com a necessidade e pertinência podem os profissionais da Unidade utilizar instalações em outros locais do ACES, nomeadamente no desenvolvimento das atividades de Saúde Oral, que no concelho de Abrantes utiliza as instalações da UCSP de Abrantes – Extensão de Alferrarede e no concelho de Tomar instalações da USF de Marmelais. Quando necessário os profissionais da USPMT utilizam instalações de utilização comum de outras Unidades, nomeadamente salas de reuniões e de formação, bem como os seus equipamentos.

A USPMT dispõe de uma Unidade Móvel, designada por “Saúde Sobre Rodas” destinada a intervenção comunitária, tratando-se de um veículo multiuso pensado e adaptado pela USPMT que permite intervenções/atividade de promoção e educação para a saúde, junto das populações/instituições da área geográfica do ACES MT. A utilização da Unidade Móvel pode ser feita por todas as Unidades do ACES Médio Tejo bem como pelos parceiros do Plano Local de Saúde, com gestão operativa da responsabilidade da USPMT. Esta Unidade está equipada com sistema de computador, projetor, e TV com ligação USB, quadro magnético e sistema para colocação de cartazes, mesa de trabalho e cadeiras em modo opcional.

Considerando o elevado número de estabelecimentos existentes na área geográfica do ACES Médio Tejo e a dimensão da área a abranger, a Unidade de Saúde Pública formou a Brigada da Unidade Saúde Pública (BUSP), para que fosse possível com várias equipas multidisciplinares, técnicos da USPMT (médicos de saúde pública, técnicos de saúde ambiental, enfermeiros e higienistas oraís) e quando necessário técnicos de outras entidades (Camaras Municipais, Agentes Autoridade, Bombeiros) se vistoriassem mais estabelecimentos em cada Concelho. Com esta estratégia pretende-

se atingir as metas estabelecidas para programas/projetos de vigilância do plano de atividades e promover a segurança e/ou a higiene alimentar, quer para os trabalhadores quer para os clientes/consumidores.

Os estabelecimentos intervencionados são maioritariamente, restauração e/ou bebidas, comerciais (área alimentar), apoio social (lares e centros de dia), hoteleiros, unidades privadas de saúde e industriais.

A BUSP realiza-se quinzenalmente às segundas feiras. O cronograma é elaborado no início de cada ano civil, com as datas e identificação dos respetivos concelhos. A organização das equipas, dos locais a vistoriar e dos aspectos logísticos é da responsabilidade dos Técnicos do Concelho onde se irá realizar a actividade.

4 - PROGRAMAS E PROJETOS

Tendo por base os documentos orientadores elaborados pela ARSLVT,IP, e de acordo com a metodologia de trabalho acordada entre os elementos da USPMT, foram atribuídas a cada um dos seus elementos responsabilidades de liderança na gestão dos seguintes programas e projetos em execução na USPMT.

	Programa/Projecto	Responsável/Responsáveis
1	Integração e Coordenação dos Grupos Profissionais	Rui Calado
2	Diagnóstico de Saúde e Observatório do ACES Medio Tejo	Carla Carvalho/Carlos Pinto/Maria dos Anjos/Paula Custódio
3	Plano Local de Saúde	Rui Calado
4	Comportamentos Favorecedores da Saúde	Ana Gonçalves/Margarida Arnaut/Nuno Barreta
5	Combate às Adições	Ana Gonçalves/Ana Lourenço/Paula Custódio
6	Prevenção da Doença Oncológica	Paula Custódio/Paula Gil
7	Promoção e Educação para a Saúde	Nélia Costa/Paula Gil
8	Programa de Saúde Escolar	Ana Gonçalves/Maria dos Anjos Esperança

9	Programa de Vacinação do ACES do Médio Tejo	Fernando Nogueira
10	Projeto de Doenças Transmissíveis	Paula Custódio
11	Integração dos outros Programas Prioritários, Nacionais e Regionais	Ana Lourenço
12	Comunicação, Divulgação e Implementação de Eventos	Fernando Nogueira/Nélia Costa
13	Programa de Gestão de Resíduos Hospitalares	Ana Gonçalves/Margarida Arnault
14	Vigilância Sanitária da Água de Consumo Humano	Manuel Duarte
15	Vigilância Sanitária da Água de Piscinas	Manuel Duarte
16	Vigilância das Zonas Balneares (envolventes)	Manuel Duarte
17	Vigilância das Unidades Privadas de Saúde	Carla Carvalho/Paulina Oliveira
18	Vigilância dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas	Lígia Alves/Susana da Silva
19	Vigilância Estabelecimentos Comerciais	Patrícia Cruz/Paulina Oliveira
20	Vigilância Estabelecimentos Industriais	Carlos Pinto/Paulo Bastos
21	Vigilância Qualidade do Ar Interior em Instituições (escolas/lares)	Carla Simões/Elsa Curado
22	Vigilância das Alterações Climáticas	Carla Simões/Carlos Pinto
23	Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores (Revive)	Carla Simões/Carlos Pinto
24	Vigilância de Doença dos Legionários (Hotéis e Similares)	Carla Carvalho/Paulina Oliveira
25	Higiene e Segurança dos Estabelecimentos de Ensino	Carla Simões/Manuel Duarte
26	Higiene e Segurança Estabelecimentos de Apoio Social	Ana Santos/Sandrina Pereira

27	Medidas de Autoproteção em Estabelecimentos de Saúde	Carlos Pinto/Elsa Curado/Ligia Alves/Paula Custódio
28	Programa Promoção de Saúde Oral – Prevenção Primária	Heloísa Oliveira
29	Projeto de Referenciação em Saúde Oral	Filipa Serra
30	SOBE – Implementação da Escovagem nas Escolas	Carla Duarte
31	Projeto Aplicação Vernizes de Flúor nos Jardins Infância	Carla Duarte
32	Juntas Médicas de Incapacidade	Maria dos Anjos Esperança/José Martins
33	Consulta do Viajante e Vacinação Internacional	Fernando Nogueira/José Martins
34	Consulta da Cessação Tabágica	José Martins/Luordes Leon
35	Parceria com projeto Regional no âmbito da Medicina do Trabalho	Carlos Pinto/Elsa Curado
36	Avaliação Documental e Arquivo	Marina Duarte

4.1 - Descrição dos Programas e Projectos em execução na USPMT

1 – Integração e Coordenação dos Grupos Profissionais

Responsáveis do Projeto

Rui Calado – Médico Saúde Pública

O projeto de Integração e Coordenação dos Grupos Profissionais pode ser considerado como pertencendo à área da administração dos serviços de saúde. Baseia-se na aprendizagem e aplicação prática dos princípios de gestão democrática dos serviços de saúde e tem por população-alvo todos os profissionais que fazem parte do quadro da Unidade de Saúde Pública do Médio Tejo, independentemente da sua categoria profissional

Tem por finalidade primordial a promoção do sentimento de pertença e de partilha por parte dos diferentes profissionais que trabalham na Unidade de Saúde Pública. Estas são condições indispensáveis ao desejável sucesso da metodologia de trabalho baseada na equipa de saúde, multi-

profissional e multi-disciplinar, na procura das sinergias que proporcionam os mais elevados níveis de eficácia no desempenho dos profissionais de saúde.

Promoção de momentos de reflexão conjunta sobre todos os aspetos relacionados com o desempenho de cada elemento ou grupo profissional, de cada programa ou projeto, assim como sobre a missão dos diferentes grupos ou da própria Unidade Funcional no seu conjunto. A forma adotada passa pelo agendamento de reuniões periódicas, sistemáticas, setoriais e plenárias, onde cada elemento é convidado a emitir opinião e a participar ativamente no debate e nas decisões

O coordenador deste projeto é o coordenador da Unidade de Saúde Pública, que atende pelos meios convencionais todos os seus colaboradores e mantém uma grande disponibilidade para com eles dialogar e trabalhar. As reuniões dos grupos profissionais que compõem a Unidade efetuam-se mensalmente, assim com a reunião plenária (última 3ª feira do mês), sendo a participação dos profissionais nessas reuniões considerada na USP como tarefa de assinalável relevância.

Todas as terças-feiras há reunião de um dos grupos profissionais com o coordenador da Unidade (geralmente de tarde, com os Higienistas Oraís de manhã) e na última 3ª feira do mês, de tarde, realiza-se uma reunião plenária, com todos os elementos elegíveis da USP. As inúmeras reuniões individuais com o coordenador são agendadas de acordo com as disponibilidades dos intervenientes

2 - Diagnóstico de Saúde e Observatório do ACESMT

Responsáveis do Projeto

Carla Carvalho - Técnica de Saúde Ambiental

Carlos Pinto - Técnico de Saúde Ambiental

Maria dos Anjos – Médica Saúde Pública

Paula Custódio - Enfermeira Especialista Saúde Pública

O Observatório de Saúde caracteriza a população residente no ACES Médio Tejo através de indicadores demográficos, socio-económicos, determinantes de saúde, intervenções em saúde e indicadores do estado de saúde.

Objetivos:

- Organizar, agregar e sistematizar informações

- Divulgar os indicadores de saúde para a construção de um sistema de vigilância e de acompanhamento sobre os agravos à saúde das populações e sobre a saúde ambiental.

- Contribuir para a definição de programas e estratégias de saúde

Reunião e análise de vários documentos de Planeamento em Saúde com a elaboração do diagnóstico da situação de procurando-se para o Médio Tejo informação sobre os indicadores de saúde mais recentes disponíveis.

Estratégia de Intervenção:

Reunião e análise de vários documentos de Planeamento em Saúde com a elaboração do diagnóstico da situação de procurando-se para o Médio Tejo informação sobre os indicadores de saúde mais recentes disponíveis. Para o seu desenvolvimento servimo-nos de fontes de dados:

Instituto Nacional de Estatística (INE) (www.ine.pt),

European Commission (EC) (www.ec.europa.eu)

Base de dados portuguesa Pordata (www.pordata.pt).

3 - Plano Local de Saúde:

O Plano Local de Saúde (PLS) do Médio Tejo é um plano de orientação das intervenções comunitárias orientado para maximizar os ganhos em saúde da comunidade local, através do alinhamento em torno de objetivos comuns, da integração de esforços sustentados de todos os parceiros internos e externos aos serviços de saúde locais. A equipa dirigente do PLS do ACES Médio Tejo é composta pelos Presidentes/Directores das instituições parceiras internas e externas, sendo que os elementos da saúde são: Directora Executiva e Presidente do Conselho Clínico e de Saúde do ACES Médio Tejo e Presidente do Conselho de Administração do CHMT, Os elementos das instituições externas são: Conselho da Comunidade, Conselho InterMunicipal do Médio Tejo, Presidentes de Camara Municipal, Director Geral dos Estabelecimentos Escolares, Directores dos Agrupamentos Escolas, Comandante Territorial da GNR, Comandante Territorial da PSP, Centro Respostas Integradas do Ribatejo.

Este plano resultou da análise do Perfil de Saúde/Diagnóstico de Situação do Médio Tejo e da respetiva identificação dos principais problemas de saúde, com base em critérios epidemiológicos

utilizados no Planeamento em Saúde. As entidades signatárias do PLS podem contribuir para a minimização de 16 problemas de saúde ao participarem no processo através da implementação de intervenções pré definidas e dirigidas aos seus principais determinantes destinadas ao respetivo reforço ou minimização, conforme se esteja a intervir sobre factores de protecção ou factores de agressão. Tendo em consideração o impacto esperado, foi decidido propor aos parceiros o desenvolvimento de um projecto que incluía as três grandes áreas de intervenção: *Comportamentos Favorecedores de Saúde, Combate às Adições e Prevenção da Doença Oncológica*. (estes projectos estão discriminados nesta carteira de serviços)

O modelo organizacional de desenvolvimento do PLS está estruturado da seguinte forma, por cada área de intervenção:

Equipa de gestão operacional – Constituída por um elemento de cada uma das instituições parceiras

Gabinete técnico

Coordenadores/dinamizadores das acções a desenvolver a nível local por cada uma das instituições ou unidades funcionais

Foi constituído um Tableau de Bord com a identificação das actividades a desenvolver por cada uma das instituições parceiras e assumidas responsabilidades institucionais, tendo em vista a sua implementação. É com base neste instrumento que é efectuado o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do PLS

4 - Comportamentos Favorecedores de Saúde

Responsáveis do Projeto

Ana Paula Gonçalves - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Margarida Arnaut - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Nuno Barreta - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Resultou da priorização dos problemas de saúde no médio Tejo, e da identificação dos determinantes de saúde passíveis de modificação, integra o Plano local de Saúde

Tem como população alvo todos os cidadãos dos 11 concelhos que fazem parte da área geográfica do ACES Médio Tejo. As principais áreas de intervenção são: Promoção de alimentação saudável; Combate ao Sedentarismo; Combate ao stress; Promoção de autoestima e Promoção da Literacia (em Saúde).

Objetivos:

- Contribuir para a prevenção das doenças comportamentais

Foram estabelecidas parcerias com: Câmaras Municipais; Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas; Unidades funcionais do ACES (USP;UCC's;UCSP's;USF's e URAP).

As atividades a desenvolver por cada parceiro, encontram-se definidas no Tableau de Bord do PLS, sendo estes, os proponentes, decisores e executores do previsto no plano de ação deste projeto, de forma a dar resposta aos objetivos definidos.

5 - Combate às Adições

Responsáveis do Projecto

Ana Cristina Lourenço - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Ana Paula Gonçalves - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Paula Custódio - Enfermeira Especialista Saúde Publica

Este projecto integra o Plano Local de Saúde do Médio Tejo. Tem como população alvo todos os cidadãos dos 11 concelhos que fazem parte da área geográfica do ACES Médio Tejo.

Objectivos:

- Contribuir para a redução do consumo de substâncias psico-ativas, Álcool, tabaco e Substância Ilícitas

- Promover o consumo criterioso de Fármacos

Foram estabelecidas parcerias com: Câmaras Municipais; Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas; Forças de Segurança (GNR e PSP); CRIR (equipa de tratamento de Abrantes); Unidades funcionais do ACES (UCC's; UCSP's;USF's e URAP).

As atividades a desenvolver por cada parceiro, encontram-se definidas no Tableau de Bord do PLS, sendo os vários parceiros os proponentes, decisores e executores do previsto no plano de ação deste projeto, de forma a dar resposta aos objetivos definidos.

6 - Prevenção da Doença Oncológica

Responsáveis do Projecto

Paula Gil - Enfermeira Especialista Saúde Materna e Obstétrica

Paula Custódio - Enfermeira Especialista Saúde Publica

É um projeto de intervenção comunitária na população da área de abrangência do ACES Médio Tejo, integrado no PLS numa parceria com as diferentes unidades internas e outros parceiros externos

à saúde (UCC; UCSP; USF; Municípios e Escolas). Tem como finalidade máxima a diminuição da mortalidade e da morbilidade por cancro, e ainda a melhoria da qualidade de vida da pessoa com cancro.

O projeto visa a promoção de comportamentos pró-ativos na tomada de decisão e gestão da saúde individual e colectiva e a sensibilização dos profissionais de saúde para a implementação de estratégias de prevenção.

Objectivos

- Combater o tabagismo
- Divulgar informação sobre alimentos cancerígenos e anti-cancerígenos
- Identificar e intervir em indivíduos com predisposição genética
- Combater a infeção crónica associada ao cancro
- Combater os riscos ambientais

As intervenções passam pela divulgação de informação em sessões de educação para a saúde, publicação de artigos de jornal e rádio, elaboração e distribuição de materiais informativos em vários contextos (instituições e comunidade), entre outros. A celebração do Dia Mundial de Luta Contra o Cancro, do Dia Mundial do Não Fumador e a organização da semana de prevenção da doença oncológicas são três momentos fixos de intervenção no âmbito do projeto. A intervenção pressupõe o envolvimento e o trabalho conjunto entre os parceiros internos e externos à saúde.

7 -Projecto de Promoção e Educação para a Saúde

Responsáveis do Projecto

Nélia Costa – Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Paula Gil – Enfermeira Especialista Saúde Materna e Obstétrica

Este projeto tem como finalidade a promoção da saúde, *“processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de a melhorar.”* (Carta de Otawa). Tem como finalidade a capacitação individual e, por conseguinte, também coletiva, através da melhoria da informação, educação para a saúde que habilitem a pessoa para opções de vida saudáveis. Por outro lado, é um projeto transversal na medida em que dá resposta às solicitações de outros projetos da unidade que se enquadram na área da promoção da saúde.

Objetivos:

- Promover a literacia em saúde nos indivíduos da área abrangência do ACES Médio Tejo

-Apoiar e colaborar com outros projetos da USPMT no âmbito da Promoção da Saúde

Tem como estratégia desenvolver intervenções de promoção de ações de educação saúde na comunidade ampliando os conhecimentos em saúde; Assegurar a divulgação de informação sobre saúde nos órgãos de comunicação social locais; Colaborar na elaboração de documentos de apoio à educação para a saúde como folhetos, flyers, etc

8 - Programa Saúde Escolar

Responsáveis do Projecto

Ana Paula Gonçalves – Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Maria dos Anjos Esperança – Médica de Saúde Pública

O programa de Saúde Escolar do ACES Médio Tejo é composto por um conjunto de atividades que vão ao encontro do previsto no Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE).

Tem como população alvo, toda a comunidade educativa das escolas públicas e IPSS's da área de abrangência pelo ACES Médio Tejo.

Objectivos:

- Elevar o nível de literacia para a saúde das crianças, dos jovens e da restante comunidade educativa;
- Promover comportamentos favorecedores de saúde das crianças, dos jovens e da restante comunidade educativa.
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ambiente escolar;
- Reduzir o impacto dos problemas de saúde no desempenho escolar dos alunos/as

Existe em cada Concelho um profissional designado por Gestor Local de Saúde Escolar (GLSE), que articula com as responsáveis do Projeto a nível do ACES.

A nível local, compete ao GLSE:

- Articular com todos os profissionais das diferentes unidades funcionais (UCC; USF; URAP; UCSP;USP) que desenvolvem atividades no âmbito deste programa de saúde, no sentido de definir as intervenções a desenvolver;
- Articular com os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas colaborando na elaboração do plano de ação em cada ano letivo.

9 - Programa Nacional de Vacinação

Responsáveis do Projecto

Fernando Nogueira – Enfermeiro Especialista de Saúde Pública

A finalidade do Programa Nacional de Vacinação é reduzir a morbi-mortalidade causada pelas doenças transmissíveis, evitáveis pela vacinação e contribuir para a erradicação de algumas doenças, nomeadamente poliomielite, sarampo e rubéola.

Obter taxas de cobertura vacinal que permitam atingir a imunidade de grupo, nas crianças das cortes alvo, de acordo com o PNV recomendado pela Direcção-Geral da Saúde.

Objectivos

Garantir e facilitar a aplicação do PNV de forma correcta e eficaz, bem como as campanhas vacinais em curso (HPV); * Monitorizar e avaliar a efectividade do PNV e cobertura vacinal dos grupos alvo nos Centros de Saúde do ACES do Zêzere/Unidades de Saúde Funcionais; * Monitorizar e adequar a “rede de frio” às necessidades das Unidades de Saúde do ACES Zêzere; * Promover a vacinação contra a gripe sazonal nos grupos alvo prioritários e monitorizar e avaliar a cobertura vacinal (vacinas registadas no Módulo SINUS- Vacinação); * Articular com o Programa de Saúde Ocupacional de forma a promover a vacinação dos Profissionais de Saúde nos seus locais de trabalho; * Fornecimento de vacinas a instituições externas ao Serviço Nacional de Saúde, com as quais estão estabelecidos protocolos, e obtenção de informação de retorno das vacinas administradas de forma a assegurar o seu registo no Programa SINUS – Módulo vacinação; * Na área da formação pretende-se assegurar/garantir a formação actualizada dos profissionais que aplicam as vacinas do PNV, de acordo com as necessidades identificadas.

Estratégia de Intervenção:

A vacinação deve ser uma actividade corrente das Unidades de Saúde, UCSP e USF, devendo constar das suas carteiras de serviços. Devem ser expressos horários de atendimento e a actividade deve ser realizada em ambientes adequados e com os equipamentos mínimos necessários para a actividade.

Os profissionais das Unidades devem aproveitar todas as oportunidades de vacinação e terem uma atitude proactiva na procura, identificação e convocatória de utentes com vacinas em atraso.

A Unidade de Saúde Pública articula com as diversas Unidades de Saúde, através dos Coordenadores das respectivas Unidades. Têm um elemento, Enfermeiro, designado por Unidade que

é o elo de ligação nas questões operacionais entre o responsável da vacinação da USP e a Unidade Saúde (UCSP e USF).

No ACES Médio Tejo a vacinação realiza-se nas Unidades Saúde funcionais e suas Extensões de Saúde, USF e UCSP. A vacinação Internacional está associada à consulta do Viajante do ACES Médio Tejo, realiza-se no Centro de Saúde do Entroncamento e preferencialmente às terças e quintas-feiras.

10 - Projeto de Doenças Transmissíveis

Responsáveis do Projeto

Paula Custódio - Enfermeira Especialista Saúde Pública

A área prioritária da atuação é a vigilância epidemiológica com a monitorização dos casos de doença transmissível sujeitos a notificação obrigatória (DDO) na área geográfica do ACES Médio Tejo. Tendo em conta as doenças transmissíveis mais notificadas na região, desenvolver atividades de divulgação de informação e controlo de contactos.

Objetivos:

- Monitorizar os casos de doença transmissível sujeitos a notificação obrigatória.
- Avaliar a evolução da infeção VIH no Médio Tejo desagregada por concelhos.
- Avaliar a evolução da Tuberculose no Médio Tejo desagregada por concelhos.
- Vacinação

A Lei n.º81/2009, de 21 de Agosto, institui um sistema vigilância em saúde pública, relativo a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, criando uma rede de âmbito nacional, envolvendo, neste momento, os serviços de saúde pública, as autoridades de saúde e outras entidades dos sectores público e privado, cujos participantes contribuem para o sistema supra referido. Estão sujeitas a notificação clínica e laboratorial, obrigatória, as doenças definidas no Despacho n.º 15385-A/2016.

Atividades:

Vigilância epidemiológica

Investigação epidemiológica

Classificação e validação de casos

Controlo de contactos (quando se aplica)

Controlo do ambiente (quando se aplica)

Análise de notificações por concelho, comparação com dados CDP(TB) e INSA(VIH)

Parcerias: Responsáveis locais SINAVE; Autoridades de Saúde; ARSLVT; DGS; CDP; INSA-Núcleo de Vigilância Laboratorial de doenças Infeciosas; Veterinários Municipais; Laboratórios.

11 - Integração dos outros Programas Prioritários, Nacionais e Regionais

Responsáveis do Projeto

Rui Calado – Médico, coordenador da Unidade de Saúde Pública

O projeto de Integração e Coordenação do Grupos Profissionais pode ser considerado como pertencendo à área da administração dos serviços de saúde. Baseia-se na aprendizagem e aplicação prática dos princípios de gestão democrática dos serviços de saúde e tem por população-alvo todos os profissionais que fazem parte do quadro da Unidade de Saúde Pública do Médio Tejo, independentemente da sua categoria profissional

Objetivos: Tem por finalidade primordial a promoção do sentimento de pertença e de partilha por parte dos diferentes profissionais que trabalham na Unidade de Saúde Pública. Estas são condições indispensáveis ao desejável sucesso da metodologia de trabalho baseada na equipa de saúde, multi-profissional e multi-disciplinar, na procura das sinergias que proporcionam os mais elevados níveis de eficácia no desempenho dos profissionais de saúde

Estratégia de Intervenção: Promoção de momentos de reflexão conjunta sobre todos os aspetos relacionados com o desempenho de cada elemento ou grupo profissional, de cada programa ou projeto, assim como sobre a missão dos diferentes grupos ou da própria Unidade Funcional no seu conjunto. A forma adotada passa pelo agendamento de reuniões periódicas, sistemáticas, setoriais e plenárias, onde cada elemento é convidado a emitir opinião e a participar ativamente no debate e nas decisões.

As reuniões dos grupos profissionais que compõem a Unidade efetuam-se mensalmente, assim com a reunião plenária (última 3ª feira do mês), sendo a participação dos profissionais nessas reuniões considerada na USP como tarefa de assinalável relevância.

12 – Comunicação, Divulgação e Implementação de Eventos

Responsáveis do Projeto

Fernando Nogueira – Enfermeiro Especialista de Saúde Pública

Nélia Costa – Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

O projeto de Comunicação, Implementação e Divulgação de Eventos, constitui-se como um instrumento de marketing na promoção e divulgação das atividades desenvolvidas na USPMT, no âmbito dos vários projetos. A sua intervenção pretende ser facilitadora na dinamização das atividades favorecendo/facilitando a divulgação pública da imagem da USPMT para o exterior. É, por isso, um projeto transversal a todos os projetos desenvolvidos na unidade.

Objetivos:

- Informar a comunidade sobre as atividades desenvolvidas pela USPMT na área da saúde;
- Estabelecer uma rede de contactos internos (outras unidades funcionais) e externos (media, escolas, autarquias....), que permita o contacto facilitado com a comunidade para a divulgação de eventos e / ou informações

Estratégia de Intervenção:

A estratégia de intervenção passa essencialmente por incrementar o *benchmarking* na unidade, ajudando os promotores das atividades a melhorarem a sua *performance*, através de elementos comparativos, conduzindo a um desempenho superior, utilizando várias técnicas de *marketing*. A utilização do *benchmarking*, tem como principal benefício orientar o trabalho da unidade para o exterior, assumindo que a mesma pode sempre melhorar o seu desempenho e evidenciar-se como exemplo de Boas Práticas.

13 - Programa de Gestão de Resíduos Hospitalares

Responsáveis do projecto

Ana Paula Gonçalves - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

Margarida Arnaut - Enfermeira Especialista Saúde Comunitária

O Projeto de Gestão de Resíduos Hospitalares (PGRH), tem como finalidade a uniformização de procedimentos relativamente à gestão dos resíduos hospitalares desde a sua produção até ao destino final, de acordo com o regulamentado no Decreto – Lei nº 73/2011 de 17 de junho.

Abrange os 12 Centros Saúde do ACES Médio Tejo que se encontram distribuídas por 11 Concelhos, na totalidade das suas Unidades Funcionais.

Objetivos:

- Melhorar as condições ambientais dos serviços e comportamentais dos profissionais, para minimizar os riscos biológicos, físicos e químicos decorrentes do contacto com os resíduos produzidos em Cuidados de Saúde Primários.

Existe em cada Centro de Saúde, um profissional designado como Gestor Local do Programa de Gestão de Resíduos Hospitalares (GLPGRH) que articula com as responsáveis do Projeto a nível do ACES, nomeados pela Diretora Executiva. A nível local, compete ao GLPGRH, desenvolver todas as diligências necessárias para o cumprimento do previsto no Manual de Procedimentos na Gestão dos Resíduos Hospitalares.

14 - Vigilância Sanitária da Água de Consumo Humano

Responsáveis do Projeto

Manuel Duarte - Técnico Saúde Ambiental

O programa resume-se à colheita, ao transporte e à análise da água fornecida às populações do Médio Tejo.

Contribuir para que a qualidade da água fornecida na área geográfica do ACES do Médio Tejo seja de qualidade aceitável para bem da saúde das populações abrangidas. O Programa tem como parecerias, as Câmaras Municipais, as entidades Gestoras de abastecimento de água.

O programa tem como objectivo a vigilância da água nas diversas formas de abastecimento.

- Água distribuída por sistemas de abastecimento público ou privado;
- Água distribuída por sistemas de abastecimento particulares de entidades, publicas ou privadas que exerçam actividades comerciais, industrias ou de serviços
- Água utilizada na indústria alimentar ou em estabelecimentos em que são manuseados géneros alimentícios e que não estão ligados às redes públicas de abastecimento.
- Água fornecida em garrafas ou outros recipientes (Água Acondicionada)
- Água distribuída por camiões

15 - Vigilância Sanitária da Água de Piscinas

Responsáveis do Projeto

Manuel Duarte - Técnico Saúde Ambiental

O Programa de Vigilância Sanitária das Piscinas tem como objectivo primordial, a qualidade da água de contato, as condições hígio-sanitárias e a Segurança, nas piscinas e nos estabelecimentos dedicados a actividades recreativas aquáticas de uso público. O programa de vigilância, aplica-se a todas as piscinas de uso público sediadas na área de influência do ACES do Médio Tejo. O projeto tem como parcerias as Camaras Municipais e entidades gestoras.

Objetivo:

O programa no seu aspecto analítico, reveste-se principalmente na qualidade da água, assim são efectuadas colheitas de água, análises laboratoriais e verificações de parâmetros de cloro total residual e combinado, pH e temperaturas da água e da nave, assim como a humidade relativa do local.

16 - Vigilância das Zonas Balneares (envolventes)

Responsáveis do Projeto

Manuel Duarte - Técnico Saúde Ambiental

O Programa de Vigilância Sanitária das Zonas Balneares tem por objectivo avaliar as condições de segurança e funcionamento das instalações e envolventes das zonas balneares. Avaliar o risco para a saúde da prática balnear. Aplica-se a todas as zonas balneares do ACeS do médio tejo

Objetivo

Devem ser efetuadas visitas técnicas às zonas balneares, com vista à Avaliação das Zonas Envolventes, preenchendo para o efeito o **Modelo C** da Direção-Geral da Saúde (DGS)

Com a seguinte periodicidade:

- No início e a meio da época balnear;
- Sempre que as situações ambientais e/ou epidemiológicas o justificarem.
- Relativamente à caracterização das zonas balneares deve ser preenchido o **Modelo B** da DGS

Importa salientar que o modelo de Caracterização das Zonas Balneares integra também o levantamento das fontes de poluição. Este modelo deve ser preenchido de 5 em 5 anos e, sempre que uma nova zona balnear integre pela 1.^a vez o Programa.

17 -Vigilância das Unidades Privadas de Saúde

Responsáveis do Projeto:

Paulina Oliveira – Técnica de Saúde Ambiental

Carla Sofia Carvalho– Técnica de Saúde Ambiental

- Reduzir a probabilidade de ocorrência de doenças relacionadas com más práticas e com procedimentos incorretos de desinfeção e de esterilização de utensílios reutilizáveis, bem como por exposição a radiações.

- Verificar se as valências disponibilizadas aos utentes, pelas UPPCS existentes na área geográfica do ACeS Médio Tejo, se encontram licenciadas por entidade competente e se as infra-estruturas reúnem os requisitos exigidos por lei.

- Verificar os requisitos higio-sanitários das UPPCS.

- Sensibilizar os responsáveis e profissionais de saúde para a necessidade de boas práticas de higienização / desinfeção / esterilização dos utensílios/equipamentos reutilizáveis, conforme necessário

- Contribuir para a salvaguarda da saúde pública

- Realização de vistorias de vigilância sanitária

- Educar para a saúde;

18 -Vigilância dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas

Responsáveis do projeto:

Lígia Alves – Técnica de Saúde Ambiental

Susana Silva – Técnica de Saúde Ambiental

Todas as doenças de origem alimentar, muito especialmente as que são provocadas por microrganismos patogénicos, constituem um problema de Saúde Pública, onde a sua importância é extremamente elevada.

A prevenção é o fator primordial, através da vigilância e da implementação de medidas de boas práticas que minimizem os riscos existentes, ao nível das condições estruturais dos estabelecimentos, organização do espaço e do trabalho, práticas na manipulação e confeção dos alimentos.

Nesse sentido foi elaborado o Projeto de Vigilância Sanitária de Estabelecimentos de Restauração ou de Bebidas (PVSERB) que visa garantir condições higio-sanitárias, de modo a salvaguardar a saúde dos clientes e trabalhadores.

Objectivos

- Proceder à vigilância e controlo dos estabelecimentos de restauração e ou de bebidas de acordo com a legislação em vigor, com vista ao seu cumprimento em termos de verificação das condições higio-sanitárias, bem como o controlo e segurança dos alimentos.

- Promover as boas práticas dos estabelecimentos.

Estratégia de Intervenção

Finalidade 1

Monitorizar as condições higio-sanitárias de instalações e produtos dos estabelecimentos identificados.

Vistorias com Veterinários municipais, câmaras municipais e outras entidades que possam ser consideradas pertinentes para a melhoria das condições de funcionamento destes estabelecimentos.

Finalidade 2

Monitorizar o cumprimento das recomendações efetuadas pelos Técnicos da USP, tendo em vista a melhoria das condições de higiene e laboração dos estabelecimentos de restauração e/ou de bebidas vistoriados.

19 - Vigilância Estabelecimentos Comerciais

Responsáveis do projeto:

Patricia Cruz – Técnica de Saúde Ambiental

Paulina Oliveira – Técnica de Saúde Ambiental

Vigilância das condições de higiene e salubridade dos alimentos (frescos ou embalados), assim como, dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentares, com base nos princípios da segurança alimentar e demais legislação aplicável, visando a salvaguarda da saúde pública.- Promover a segurança alimentar;

- Sensibilizar os comerciantes e manipuladores de alimentos para a importância da implementação de boas práticas de higiene, quer pessoal, quer dos espaços onde são comercializados e/ou manipulados alimentos;

- Educar para a saúde;

- Colaborar com os parceiros locais na salvaguarda da saúde pública; - Realização de vistorias de vigilância sanitária, conforme definidas previamente no Plano de Atividades da USP para o ano em causa;

- Elaboração de relatórios de vistoria para conhecimento dos responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e para a consequente aplicação de eventuais medidas corretivas;
- Realização de vistorias posteriores para verificação do cumprimento das medidas corretivas;
- Parcerias com as respetivas Autoridades Veterinárias Municipais dos concelhos que integram a USP do ACES Médio Tejo, assim como, com outras entidades com competências nesta área;

20 - Vigilância Estabelecimentos Industriais

Responsáveis do Projecto

Carlos Pinto – Técnico Saúde Ambiental

Paulo Bastos – Técnico Saúde Ambiental

Pretende-se efectuar a vigilância dos estabelecimentos industriais (alimentares e não alimentares) existentes na área de influência do ACES do Médio Tejo, tendo por finalidade a realização de vistorias/visitas com diversos organismos e a verificação dos cumprimentos legais aos quais a actividade industrial está obrigada (relativamente à segurança e higiene).

Tem por objectivo geral, proceder à vigilância dos estabelecimentos industriais, para que se possam melhorar as suas condições estruturais e funcionamento relativamente à segurança e à higiene das instalações.

Como principais objectivos específicos:

- Efectivar as vistorias/visitas às empresas existentes para verificação dos cumprimentos legais às quais a actividade industrial desenvolvida está obrigada.
- Elaborar relatórios objectivando as rectificações a efectuar e perspectivando novas vistorias de verificação do cumprimento das alterações/recomendações estabelecidas.
- Melhorar, sempre que oportuno, as condições de trabalho nas empresas.

Estratégia de intervenção

- Analisar projectos de arquitectura para emissão de pareceres sanitários no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos Industriais;
- Realizar vistorias conjuntas com IAPMEI, Câmara Municipal, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Ministério do Ambiente, ACT, etc., para avaliar as condições dos estabelecimentos.

- Realizar vigilância sanitária aos estabelecimentos industriais, verificando as condições higio-sanitárias periodicamente com equipas constituídas por Autoridades de Saúde, Técnicos de Saúde Ambiental, Veterinários Municipais, outros.

21 - Vigilância Qualidade do Ar Interior em Instituições (escolas/lares)

Responsáveis do Projecto

Carla Simões - Técnica de Saúde Ambiental

Elsa Curado - Técnica de Saúde Ambiental

A existência de uma grande variedade de fontes de poluição do ar, específicas de espaços interiores, nomeadamente os equipamentos dos edifícios modernos (por exemplo, fotocopiadoras, impressoras laser, computadores), os produtos e equipamentos de limpeza e a poluição do ar exterior, podem aumentar os níveis de contaminação do ar interior.

Uma vez que o ser humano passa mais de 80% do seu tempo no interior, seja na sua habitação ou em edifícios públicos, tais como creches, escolas, estabelecimentos de apoio social, a existência de uma boa qualidade do ar interior é fundamental na manutenção da saúde da população.

Neste sentido foi desenvolvido este projeto cuja finalidade consiste em avaliar a qualidade do ar dos estabelecimentos de ensino e sociais na área de influência do ACES Médio Tejo.

Objetivos:

- Medir a qualidade do ar interior nas salas de aula dos estabelecimentos de ensino e nas salas de estar dos estabelecimentos de apoio social
- Avaliar o nível de conforto (temperatura, velocidade do ar e humidade relativa) e os níveis dos poluentes químicos, dióxido de carbono (CO₂), e Partículas (PM10).

Este projeto pressupõe a realização de uma visita à instituição em causa e efetuar uma medição da qualidade do ar, durante 30 minutos, com recuso a um equipamento próprio o EVM7. A estreita colaboração dos serviços de saúde e os vários agrupamentos escolares do ACES Médio Tejo e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, quer públicas quer privadas, é essencial para o êxito deste projeto.

22 - Vigilância das Alterações Climáticas

Responsáveis do Projecto

Carlos Pinto – Técnico de Saúde Ambiental

Carla Simões - Técnica de Saúde Ambiental

As alterações climáticas, designadamente os fenómenos climáticos extremos, constituem uma nova ameaça para a saúde pública. Estas alterações da frequência e da intensidade dos fenómenos climáticos e meteorológicos extremos constituem um grave risco para a saúde.

Deste modo, os serviços de saúde pública têm a necessidade de acompanhar a evolução da exposição da população do ACeS Médio Tejo às alterações aos vários fatores de risco de saúde, desde riscos biológicos, químicos e físicos, e intervir de imediato.

Objetivos:

- Elaborar planos de contingência adaptado às alterações climáticas, nomeadamente calor e frio para o ACES Médio Tejo
- Elaborar e adotar medidas de proteção à população decorrentes da exposição às alterações climáticas e outras intempéries.
- Minimizar os riscos de acidentes gerados pelas alterações climáticas e outras intempéries.

Estreita articulação com os parceiros da comunidade na intervenção das alterações climáticas, nomeadamente Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém, Centro Distrital de Segurança Social de Santarém.

23 - Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores - Revive

Responsáveis do Projecto

Carlos Pinto – Técnico de Saúde Ambiental

Carla Simões - Técnica de Saúde Ambiental

O REVIVE (Rede de Vigilância de Vetores) é um programa que permite melhorar o conhecimento sobre as espécies de vetores presentes no país, a sua distribuição e abundância, e esclarecer o seu papel como vetor de agentes de doença, assim como detetar atempadamente introduções espécies invasoras com importância em Saúde Pública.

Objetivos:

Vigiar a atividade dos artrópodes hematófagos (culicídeos e ixodídeos), caracterizar as espécies e a ocorrência sazonal em locais previamente selecionados.

Identificar agentes patogénicos importantes em Saúde Pública transmitidos por estes vetores.

Emitir alertas para a adequação das medidas de controlo, em função da densidade dos vetores e do nível de infeção.

Na vigilância dos culicídeos pressupõe a avaliação das fases imatura (ovos, larvas e pupas) e avaliação dos vetores adultos, através de Identificação geográfica de zonas de risco do desenvolvimento de vetores, colocação de *ovitraps* e colheita de amostras nas mesmas, colheitas em criadouros naturais e colocação de armadilhas específicas.

Na vigilância dos ixodídeos está prevista a captura em fase de vida parasitária (hospedeiros) e em fase de vida livre.

Resulta da colaboração entre instituições do Ministério da Saúde (Unidades de Saúde do ACES Médio Tejo, ARSLVT e INSA) das Autoridades Veterinárias Municipais, Clínicas Veterinárias e a população (aquando se desloca às unidades de saúde) do ACES Médio Tejo.

24 - Vigilância de Doença dos Legionários (Hotéis e Similares)

Responsáveis do Projeto:

Paulina Oliveira – Técnica de Saúde Ambiental

Carla Sofia Carvalho– Técnica de Saúde Ambiental

Reduzir a probabilidade de ocorrência da Doença dos Legionários, em hóspedes ou funcionários dos estabelecimentos hoteleiros existentes na área geográfica do ACeS Médio Tejo, através de divulgação e informação de questões básicas para prevenção da *Legionela*.

- Verificar se os estabelecimentos hoteleiros se encontram licenciados e se reúnem as condições higio-sanitárias que impeçam o desenvolvimento e propagação da bactéria *Legionela*.

- Sensibilizar os responsáveis dos estabelecimentos hoteleiros e alojamento local para a necessidade da manutenção dos equipamentos de aquecimento de água sanitária, e de garantirem temperaturas mínimas nas caldeiras, reservatórios e torneiras, uma vez ser um modo de desinfecção.

- Contribuir para a salvaguarda da saúde pública- Realização de vistorias de vigilância sanitária

- Educar para a saúde;

25 - Higiene e Segurança dos Estabelecimentos de Ensino

Responsáveis:

Carla Simões - Técnica de Saúde Ambiental

Manuel Duarte - Técnico de Saúde Ambiental

De acordo como o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) a avaliação do ambiente escolar e saúde é um eixo estratégico de intervenção, bem como a proteção do ambiente e a prevenção da doença resultante dos riscos ambientais. A eliminação ou a minimização dos riscos potenciais para a saúde com origem no ambiente escolar é um pilar deste projeto.

O PNSE desenvolve-se nos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Ministério da Educação: Agrupamentos Escolares e Escolas não Agrupadas com atividade em Jardim-de-infância, Ensino Básico e Secundário, IPSS com intervenção na população escolar e em instituições privadas com acordo de cooperação.

Objetivos:

- Garantir as condições de segurança, higiene e saúde nos estabelecimentos de educação e ensino do ACES Médio Tejo.
- Minimizar os riscos de acidentes em meio escolar.
- Sensibilizar e alertar as autarquias locais para a importância da manutenção de boas condições de higiene e segurança nos estabelecimentos de educação e ensino do ACES Médio Tejo.

Uma das estratégias do programa consiste na realização de vistorias às escolas e no preenchimento de um questionário (disponível no site da DGS), bem como no elaborar de um diagnóstico da situação e apresentar as anomalias identificadas aos responsáveis pelo estabelecimento.

Para o desenvolvimento deste processo contamos com o envolvimento de todas as entidades gestoras dos estabelecimentos escolares, tais como as Autarquias, Forças de Segurança Pública, Agrupamentos de Escolas, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações de Pais.

26 - Higiene e Segurança nos Estabelecimentos de Apoio Social

Responsáveis do Projeto

Ana Santos – Técnica de Saúde Ambiental

Sandrina Pereira - Técnica de Saúde Ambiental

Na área de Geográfica do ACES Médio Tejo, existem equipamentos destinados a proporcionar o desenvolvimento social das crianças, a promoção da autonomia e cuidados a pessoas idosas e pessoas com deficiência, *de modo a permitir a conciliação na vida pessoal, familiar e profissional das famílias*. Pela importância que desempenham na sociedade, é necessário serem alvo de avaliação das condições estruturais e de funcionamento, como garante do cumprimento dos requisitos higio-sanitários e de segurança.

Os estabelecimentos de apoio social, no âmbito do apoio a crianças e jovens (creches, centros de actividades de tempos livres, lares de infância e juventude e apartamento de autonomização, casas de acolhimento temporário), a pessoas idosas (centros de convívio, centros de dia, centros de noite, lares de idosos, residências), a pessoas com deficiência (centros de actividades ocupacionais, lares residenciais, residências autónomas, centros de atendimento, acompanhamento e animação de pessoas com deficiência), a pessoas com doença do foro mental e psiquiátrico (fórum sócio-ocupacional, unidades de vida protegida, autónoma e apoiada), outros grupos vulneráveis (apartamento de reinserção social, residência para pessoas com VIH/Sida, centro de alojamento temporário e comunidade de inserção) e apoio à família e comunidade (centro comunitário, casa de abrigo e serviço de apoio domiciliário).

Objectivo

Promover boas condições higio-sanitárias e de funcionamento dos estabelecimentos de Apoio Social.

Estratégias de intervenção:

Analisar projectos de arquitectura para emissão de pareceres sanitários no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos de apoio social;

Realizar vistorias conjuntas com a Segurança Social, Câmara Municipal, Autoridade Nacional de Protecção Civil, para avaliar as condições dos estabelecimentos.

Realizar vigilância sanitária aos estabelecimentos de apoio social, verificando as condições higio-sanitárias periodicamente, com equipas constituídas multidisciplinares utilizando como estratégia operacional organização em Brigadas de Saúde Pública (ver a designação específica desta acção)

27 - Medidas de Autoproteção em Estabelecimentos de Saúde

Responsáveis do Projeto

Carlos Pinto – Técnica de Saúde Ambiental

Elsa Duarte Curado - Técnica de Saúde Ambiental

Lígia Alves - Técnica de Saúde Ambiental

Paula Custodio - Enfermeira Especialista Saúde Pública

O projeto visa a realização de auditorias e elaborar as Medidas de Autoproteção nos Estabelecimentos de Saúde no ACeS Médio Tejo.

Objetivo:

- Definir a estrutura organizativa dos meios humanos e materiais existentes
- Estabelecer os procedimentos adequados de atuação em caso de emergência,
- Garantir a salvaguarda das pessoas, do ambiente, do património e da operacionalidade das Unidades de Saúde do ACES Médio Tejo face à ocorrência de um eventual sinistro.

Estratégias de intervenção:

- Efetuar levantamento da situação existente.
- Realizar auditorias programadas aos Estabelecimentos de Saúde no ACES Médio Tejo.
- Sensibilizar e preparar os colaboradores dos estabelecimentos para as medidas de autoproteção a adotar perante a ocorrência de acidente.

Nota: O programa encontra-se suspenso por força de alterações legislativas, os responsáveis aguardam instruções da Diretora Executiva do ACeS Médio, sobre a hipótese de uma possível reativação.

28 - Programa Promoção de Saúde Oral – Prevenção Primária

Responsáveis do Projecto

Heloisa Oliveira – Higienista Oral

Projeto de Promoção da Saúde Oral e Prevenção Primária das Doenças Orais no ACES Médio Tejo, consiste em informar e aplicar estratégias, desde a mulher grávida até aos jovens de 18 anos de idade, que promovam a adoção de comportamentos e estilos de vida saudáveis, possibilitando a continuidade dos resultados ao longo da vida, com redução de riscos e ganhos em saúde relevantes.

Objetivos:

- Informar o indivíduo capacitando-o para a noção e gestão da sua própria saúde, encarando a saúde oral como parte integrante da sua saúde geral, qualidade de vida e bem-estar.
- Envolver e motivar o sujeito promotor de saúde, como ser social com influência na comunidade em que se move.
- Transformar o conhecimento em prática, enfatizando o papel e eficácia da prevenção primária das doenças orais e da promoção da Saúde Oral.

As atividades neste âmbito, desenvolvem-se predominantemente, no ambiente onde as crianças passam a maior parte do seu tempo, o jardim-de-infância e a escola. O sucesso destas ações, advém do envolvimento do conjunto diversificado de profissionais de saúde e de educação, pais e encarregados de educação, entre outros, que partilham o seu ambiente.

Equipas multidisciplinares; Comunidade Educativa; Câmaras Municipais; Núcleos; Fundações; Associações de Pais, entre outros, todos podem contribuir para dinamizar e facilitar meios e a aplicação de estratégias.

29 - Projeto de Referência em Saúde Oral

Responsáveis do Projecto

Filipa Serra - Higienista Oral

Heloísa Oliveira - Higienista Oral

Carla Duarte – Higienista Oral

Projeto definido e normalizado pela Circular Normativa da DGS Nº 2/DSPSS/DCVAE, de 9 de janeiro de 2009 – Programa Nacional de Saúde Oral de crianças e jovens das coortes de 7, 10 e 13 anos, que frequentam escolas públicas e IPSS.

Objetivos do projeto:

Aos 15 anos, os jovens que frequentam as escolas públicas e IPSS da área de influência do ACES devem:

- ter todos os dentes permanentes devidamente tratados e/ou protegidos, nomeadamente molares e pré-molares;
- ter adquirido saberes e competências susceptíveis de assegurar a manutenção da boca saudável, durante toda a vida.

Uma das estratégias do programa é a deslocação das higienistas orais às Escolas da sua área de intervenção, para a realização de uma triagem de identificação das crianças e jovens com dentes permanentes cariados, e das crianças e jovens livres de cáries nos dentes permanentes para consequente referenciação para cheque dentista ou documento de referenciação para higienista oral (DRHO), respetivamente.

Para o desenvolvimento deste processo contamos com o envolvimento:

- de todos os Agrupamentos Escolares que nos permite ter acesso a toda a população alvo e à entrega mais facilitada dos cheques dentista e DRHO aos respectivos;
- de algumas Autarquias com quem temos protocolos que fazem o transporte de alunos referenciados para DRHO à consulta com a higienista oral no centro de saúde.

30 - SOBE – Implementação da Escovagem nas Escolas

Responsáveis do Projecto

Carla Duarte – Higienista Oral

Projeto da DGS em que os Agrupamentos de Escolas se candidatam a Kits de higiene oral (escova, pasta, ampolheta e copo com ensinos), para as crianças escovarem os dentes nos estabelecimentos escolares.

Tem como população alvo, as crianças a frequentar os Jardins de Infância e Escolas públicas e IPSS's.

Porque a cárie dentária ainda representa um problema de saúde pública, este projeto faz sentido.

Objetivos do SOBE:

- Implementar a escovagem nas Escolas e Jardins de Infância
- Reduzir a prevalência e incidência de cárie dentária em meio escolar

Candidatura on-line dos Agrupamentos Escolares para os Kits de higiene oral do SOBE, com a assinatura de um elemento da saúde (higienista oral, enfermeiro, ...).

A DGS envia os Kits para as Unidades de Saúde, que os distribui pelos Agrupamentos Escolares aderentes ao Projeto.

As Escolas e Jardins de Infância recebem os Kits e mediante os seus recursos físicos e humanos, organizam e desenvolvem a atividade da escovagem.

As crianças escovam os dentes em meio escolar com os Kits fornecidos pela DGS.

Ao elemento da saúde (higienista oral, enfermeiro) cabe confirmar/validar a realização da escovagem nas escolas – utilização dos Kits de higiene oral.

31 - Projecto Aplicação Vernizes de Flúor nos Jardins Infância

Responsáveis do Projecto

Carla Duarte – Higienista Oral

O Projecto Aplicação de Vernizes de Flúor nos Jardins de Infância do ACES Médio Tejo, tem como estratégia de intervenção a nível comunitário, a aplicação semestral de Vernizes de Flúor pelas Higienistas Oraís como medida de **prevenção da cárie dentária**, seguindo a Orientação da DGS nº 013/2013 de 24/10/2013. Tem como população alvo, as crianças de 4, 5 e 6 anos a frequentar os Jardins de Infância públicos e IPSS's da área de abrangência do ACES.

Objectivos:

- Aumentar a % de crianças aos 6 anos livres de cárie
- Atingir os objectivos OMS para 2020 em relação às crianças de 6 anos livres de cárie dentária no ACES Médio Tejo.

É solicitado ao Gestor Local de Saúde Escolar (GLSE) concelhio as listagens nominais dos alunos a abranger em cada ano letivo, assim como posteriormente, via Agrupamento Escolar o envio de toda a informação relativamente ao Projecto para os Educadores de Infância e as autorizações para os Encarregados de Educação. Seguindo um cronograma são aplicados os Vernizes de Flúor pelas Higienistas Oraís nas turmas de Jardim de Infância, em todas as crianças autorizadas.

32 - Juntas Médicas de Incapacidade

Responsáveis do Projeto

José Martins – Médico de Saúde Pública

Maria dos Anjos Esperança – Médica Saúde Pública

A finalidade da Junta Médica é de, através dos benefícios fiscais previstos na lei, compensar o utente pelos limites que a incapacidade resultante de alterações na integridade psico-física lhe infringiu, para os actos e gestos correntes do dia-a-dia.

Objetivos do utente vão desde:

-Isenção de taxas moderadoras, isenção do imposto de circulação automóvel, redução de escalão de IRS, até, em situações de incapacidade motora, aquisição de veículo automóvel e dístico de estacionamento em locais para pessoas com mobilidade reduzida.

Objetivos dos profissionais de saúde:

- Aplicar de forma correcta a legislação;
- Esclarecer/dar informação aos utentes em relação aos benefícios que o atestado multiusos confere.

Estratégias de intervenção: Recepção dos pedidos, preenchimento informático da ficha de contacto, análise dos processos pelo Médico de Saúde Pública, elaboração da ficha clínica com o resumo do processo apresentado pelo utente, convocatória para a Junta Médica, realização da mesma, emissão de atestado e cobrança de taxas. Pode requerer a Junta Médica - em qualquer Unidade de Saúde e a realização das Juntas Médicas é na Unidade de Saúde de Alcanena

33 - Consulta do Viajante e Vacinação Internacional

Responsáveis do Projeto

Fernando Nogueira – Enfermeiro Saúde Pública

José Martins – Médico de Saúde Pública

Objetivos:

A consulta tem como objectivos prevenir a ocorrência de episódios de doença no viajante nas suas deslocações em lazer, trabalho, estudo ou outro, nos países onde se desloca ou após o seu regresso como consequência da contaminação naquele ou naqueles países.

A consulta do Viajante destina-se aos utentes que tencionam viajar para fora do país para áreas onde existem riscos significativos de contrair doença nomeadamente de origem infecciosa.

Estratégia de Intervenção:

O médico que realiza a consulta, em função do país de destino do utente, com recurso a várias ferramentas, nomeadamente sites especializados, determina os riscos a que o utente está sujeito em função do tempo de estadia, do local ou locais onde vai estar, do ambiente urbano ou rural onde vai permanecer, das atividades que vai desenvolver, do tipo de alojamento que vai utilizar etc. Em face desses riscos informa e aconselha o utente das medidas preventivas que deverá tomar. Algumas

dessas medidas passam pela administração de vacinas e/ou medicamentos profiláticos contra doenças endémicas existentes naquele destino e que possam por em risco a saúde ou a vida do viajante. Quando as deslocações se realizam para países tropicais onde várias das doenças infecciosas são transmitidas por mosquitos o viajante é aconselhado a usar medidas adicionais de proteção contra estes vetores, nomeadamente o uso de repelentes e redes mosquiteiras. A informação mais pertinente e geral é dispensada ao viajante por escrito na forma de um “Guia do Viajante”. Anexo à consulta e em articulação com esta existe um Centro de Vacinação Internacional onde um enfermeiro administra as vacinas prescritas na consulta.

A consulta do viajante está sediada no Centro de Saúde do Entroncamento e é assegurada por 3 médicos de saúde pública com Curso de Medicina do Viajante. O Centro de Vacinação Internacional é assegurado por 3 enfermeiros com formação específica. A Consulta e o Centro de Vacinação funcionam às 3^{as} feiras das 9 às 13 horas e às 5^{as} feiras das 14 às 18 horas.

34 - Consulta de Cessação Tabágica

Responsáveis do Projeto

José Martins – Médico da USPMT

Fumador em fase de preparação/acção, ou seja, que encare seriamente deixar de fumar nos próximos 30 dias; – Fumador que fume o 1.º cigarro nos primeiros 30 minutos após acordar; – Fumador que consuma 20 ou mais cigarros por dia; – Fumador que em tentativa anterior, mesmo com tratamento farmacológico adequado, não conseguiu manter-se sem fumar e registou síndrome de privação intensa; – Fumador que, após ter parado de fumar, apresente uma síndrome de privação intensa. – Fumadores com patologias relacionadas com o tabaco, em particular DPOC e tumor do pulmão; – Fumadores com cardiopatia isquémica, arritmias cardíacas ou hipertensão arterial não controladas; – Fumadores com outros comportamentos aditivos (álcool, drogas ilícitas, cafeísmo, jogo compulsivo, etc); – Fumadores com doença psiquiátrica estabilizada; – Fumadoras grávidas ou em período de amamentação e mulheres em planeamento familiar que não respondam a abordagens do tipo “intervenção breve”.

Objetivos:

Dar resposta às pessoas que preenchem um ou vários dos critérios anteriores, com marcação da consulta num prazo máximo de 4 semanas.

Estratégia de Intervenção: Iniciar o processo terapêutico com intervenções de esclarecimento sobre os malefícios do tabaco e sobre os benefícios da cessação tabágica, a realizar pela enfermeira e pelo médico nos respetivas consultas, com a finalidade de reforçar a motivação para a cessação tabágica. Definir com o utente a estratégia a utilizar para a paragem do consumo de tabaco num prazo mais ou menos curto, em função das características do fumador e do seu grau de motivação. Promover, a partir da 1ª consulta e até ao dia de paragem, o registo do consumo diário de cigarros de modo a construir um gráfico que ilustre os progressos na diminuição do consumo de tabaco. Atenuar os sintomas de privação tabágica através da prescrição de medicamentos específicos para o efeito. Realizar várias consultas de acompanhamento e alguns contatos telefónicos no sentido de acompanhar o utente até à paragem e depois desta no sentido de prevenir a recaída. Fazer a articulação com outros profissionais nomeadamente psicólogos, nutricionistas e técnicos de cardiopneumologia sempre que se julgue útil a sua participação no processo terapêutico.

A consulta funciona no Centro de Saúde de Ourém, às 4ªs Feiras, das 09:00 às 13:00 horas. A marcação é feita por telefone, presencialmente, ou por referência do médico de família ou médico assistente ou através da linha Saúde 24.

35 – Parceria com projecto Regional no âmbito da Medicina do Trabalho

Responsáveis do projeto:

TSA Carlos Pinto – CS Alcanena

TSA Elsa Duarte Curado – USP Tomar Área de intervenção

Realização de auditorias de identificação e avaliação de riscos profissionais nos postos de trabalho no ACeS Médio Tejo

Objetivos

Efetuar a avaliação de riscos nos postos de trabalho no ACeS Médio Tejo

Elaborar os relatórios de identificação e avaliação de riscos profissionais

Elaborar mapas de risco

Estratégia de Intervenção

Realização de visitas programadas aos locais

36 – Avaliação Documental e Arquivo

Responsáveis do Projecto

Marina Duarte – Assistente Técnica

O Projecto integra o Plano Local de Saúde do Aces Médio Tejo.

Resultou da priorização na normalização da avaliação documental dos 11 Concelhos do Aces Médio Tejo.

Tem como objectivo principal a aplicação segundo a legislação em vigor, conceitos e práticas de selecção, avaliação, tratamento, guarda e eliminação da documentação.

A sua missão assenta no, planeamento, gestão e na execução de todo o ciclo de vida da informação de forma eficiente e eficaz.

Visa contribuir para a uma melhoria contínua dos serviços e a modernização administrativa, através de práticas de gestão, sistematização e simplificação de processos e procedimentos que assegurem a fluidez da comunicação interna.

Pretende-se:

Que não haja uma acumulação e duplicação de informação;

Uma redução da massa documental acumulada que visa a libertação de espaços físicos;

Garantir a preservação de documentos com valor histórico;

Obter uma gestão eficaz dos documentos produzidos;

Uma melhor gestão de tempo na pesquisa e recuperação de documentos.

As vantagens da normalização dos procedimentos, permite-nos uma melhor organização, atenção na proteção dos documentos com valor probatório e informativos garantidos, uma produção eficiente e eficaz da documentação, uma recolha prospetiva de informação válida no futuro, permite um circulação eficiente do fluxo de informação actual e uma recuperação ágil e exaustiva da informação acumulada.

Foram feitos os levantamentos documentais e respectiva determinação das séries;

Foram adoptadas estratégias para uma uniformização da avaliação documental em todos os Concelhos do Aces Médio Tejo;

Foram criadas FRD (folha de recolha de dados) por concelho;

Forma elaboradas as respectivas lombadas com todos os assuntos existentes nas FRD, segundo os diferentes assuntos e locais;

Foi encontrado o espaço físico para a implementação do arquivo definitivo (morto) geral da USP-MT, no Sardoal.

5 - PROJECTOS EM PARCERIA

A USPMT desenvolve parcerias com entidades da área geográfica do ACES Médio Tejo ou de outras áreas geográfica, e integra/colabora em projectos que lhe são propostos e que têm desenvolvimento na sua geográfica de influência.

A -Projeto – “Promoção do Sucesso Escolar no Médio Tejo: a correção de problemas de acuidade visual e auditiva”

Responsáveis operacionais

Dr Miguel Pombeiro (CIMT)

Dr Rui Calado (USP-MT)

Enfª Ana Paula Gonçalves (USP-MT)

Dra Vanessa Silveiro (CIMT)

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no início do ano letivo 2016/2017, tendo sido confrontada pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas com a existência de problemas de aprendizagem de algumas crianças, eventualmente evitáveis, solicitou colaboração à USPMT, no sentido de se encontrar uma estratégia operacional capaz de proporcionar a identificação precoce desses problemas e a sua rápida e eficaz correção.

Foram identificados vários fatores determinantes que sustentaram a convicção de que algumas das situações reportadas poderiam ser consequência de insuficiente capacidade visual e/ou auditiva desses alunos, não identificadas.

Nesse sentido, a Unidade de Saúde Pública desenvolveu um conjunto de diligências de que resultou a identificação de parceiros e de meios indispensáveis à concretização de uma intervenção capaz de satisfazer o desejo dos seus proponentes.

Em meados do mês de Novembro de 2016, deu-se início ao trabalho de campo, que basicamente consiste na deslocação dos meios a todos os Jardins de Infância dos 13 concelhos que integram a área geográfica do Médio Tejo (incluindo Sertã e Vila de Rei), para a realização de rastreios de visão e audição aos alunos que se preparam para entrar no 1º ciclo do ensino básico. Para o efeito é utilizada uma Unidade Móvel da USPMT, que serve de suporte às atividades de rastreio coordenadas por um profissional de saúde comunitária e realizados por técnicos, contratados pela CIMT, com formação específica e adequada para esse efeito, isto é, 2 optometristas e 1 audiologista.

COSI - Childhood Obesity Surveillance Initiative

Este projeto resulta de uma parceria entre a Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde - OMS/Europa.

O COSI Portugal, apresenta-se como o primeiro Sistema de Vigilância Nutricional Infantil. Tem como objetivo criar uma rede de informação sistemática (a cada 2-3 anos) comparável entre os países da OMS/Europa, sobre as características do estado nutricional infantil de crianças dos 6 aos 8 anos de idade.

Decorreu já em 4 rondas: 1ª (2008), 2ª (2010), 3ª (2013) e 4ª (2016).

Nas duas últimas rondas, e no sentido de conhecer a realidade do ACES Médio Tejo, foi selecionada uma amostra representativa da população alvo, crianças dos 6 aos 8 anos de idade, (n=210), tendo sido obtida informação sobre hábitos alimentares e outros comportamentos da vida diária e efetuadas recomendações a integrar nas atividades a desenvolver no âmbito do Plano Local de Saúde.

Ana Lourenço

Ana Paula Gonçalves

Ana Santos

Branca Ferreira

Carla Carvalho

Carla Duarte

Carla Simões

Carlos Pinto

Elsa Curado

Fernando Nogueira

Filipa Serra

Heloisa Oliveira

José Manuel Cunha

José Martins

Ligia Alves

Manuel Duarte

Marcia Monteiro

Margarida Arnaut

Maria dos Anjos Esperança

Marina Duarte

Marta Almeida

Nélia Costa

Nuno Barreta

Patricia Cruz

Paula Custódio

Paula Gil

Paulina Oliveira

Paulo Bastos

Rui Manuel Domingues Calado

Sandra Martins

Sandrina Pereira

Susana Silva